

série de dados novos, que exigem a atualização dos estudos para compreender-se o papel de novos agentes sociais, como, por exemplo, a importância das classes médias na estrutura de poder, ou o papel relevante do "novo operário", vestido com avental branco, acionando uma linha de montagem movida, basicamente, pela informática.

Embora o autor, neste trabalho, não procure determinar, pelo menos de forma preponderante, a posição de novos agentes sociais na atual etapa histórica, atribui destaque especial ao papel da tecnoburocracia nos quadros de comando e de poder no País, fugindo, assim, a velhos esquemas teóricos, já ultrapassados pela história. Percebe-se, também, que Bresser Pereira não vê as classes sociais como blocos monolíticos. Salienta, isso sim, que os interesses em alguns momentos convergem e em outros divergem dentro de uma mesma classe social. Tal fato está diretamente ligado à fundamentação da idéia do ensaísta a respeito de pactos políticos.

Pactos políticos do populismo à redemocratização está dividido em duas partes. A primeira, de caráter introdutório, apresenta seis interpretações intelectuais, em termos de linhas de análises, que procuram explicar as transformações políticas ocorridas no Brasil, no século XX. Há, também, uma análise sobre crises na América Latina, em que o autor procura identificar, nos anos 1930 a 1980, dois grandes períodos de expansão econômica e duas formas de dominação política, seguidos de dois momentos de crise.

Porém, é, em nosso entender, a segunda parte do livro que traz análises oportunas para o debate político atual, na medida em que são interpretados os dois grandes pactos políticos que conhecemos no Brasil: o "pacto populista", encerrado nos fins dos anos 50 e o que o autor chama por "pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático", vigente nos anos 60 e 70. Bresser Pereira analisa, minuciosamente, os momentos de consolidação e de crises de tais pactos, destacando os vários agentes sociais que fizeram parte destas alianças políticas.

O ensaísta finaliza seu estudo com uma análise do quadro político brasileiro, no ano de 1985. Para o au-

tor, há dois pactos possíveis em conflito dentro da Aliança Democrática: um "pacto liberal burguês" e um "pacto democrático popular". A tese, defendida no livro, é a de que, caso nenhum desses dois pactos prevaleçam, ocorrerá o imobilismo do governo, acarretando, provavelmente, estagnação econômica e instabilidade social crônica.

É fato notório que o governo, neste ano de 1985, é formado por uma união nacional, que visa à redemocratização do Brasil. É sabido, também, que há profundas divergências no próprio bloco de poder, como bem demonstra este estudo. Portanto, é perfeitamente defensável a idéia do autor, quando afirma ser inevitável a consolidação de um novo pacto político como guia na forma de governar o País. Entretanto, o ensaísta assinala apenas dois pactos possíveis e descarta a possibilidade do ressurgimento de um pacto populista. Assim, vale aqui uma pequena observação. O populismo é, a nosso ver, uma forma de dominação política muito enraizada nos países latino-americanos e é muito provável que seja novamente utilizado, no Brasil, como forma de sustentação de grupos no poder.

Pactos políticos do populismo à redemocratização é um trabalho que desperta reflexão profunda para o debate político atual. E, para a sorte do leitor, está escrito de maneira muito clara. Ou seja, sem aquele estilo hermético, marca registrada dos pseudo-escritores, que ainda não sabem distinguir o profundo do confuso.

Sérgio Amad Costa

Professor no Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da EAESP/FGV; mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo; autor dos livros O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64). Editora Grêmio Politécnico da USP, 1981; e Idéias em debate, São Paulo, Gráfica da FEI, 1982.

Carvalho, Célia Pezzolo de. *Ensino noturno: realidade e ilusão*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984. 112 p.

O livro é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de São Carlos. Através dele, a autora pretende contribuir para a solução dos problemas do ensino noturno, procurando beneficiar todas as pessoas envolvidas nesse tipo de ensino. Pretendo, aqui, tecer algumas considerações sobre o texto, reordenando algumas idéias da autora, de acordo com as questões despertadas durante a leitura.

A metodologia escolhida foi a do estudo de caso. Através da análise de uma escola do interior de São Paulo, a autora monta suas conclusões e suas generalizações. A análise baseia-se nas representações dos sujeitos do ensino noturno — alunos, professores e funcionários — fornecidas através de entrevistas, questionários e redações. A própria pesquisadora adverte quanto aos riscos dessa metodologia: o texto, ao fundamentar-se no senso comum, pode tornar-se repetitivo (isso de fato acontece, mas não compromete a análise).

A autora parte de uma preocupação com a realidade concreta do ensino noturno no Brasil à época da pesquisa (final da década de 70). Mas a situação descrita não parece ter-se alterado substancialmente; ao contrário, alguns problemas agravaram-se. Consta-se de início a evidência de que as escolas públicas estão programadas para funcionar no período diurno: o curso noturno é quase uma excrescência. Isso se confronta com outra evidência, a de que grande parte da população estudantil freqüenta os cursos noturnos, tentando "combinar" trabalho e estudo. Essa situação leva às grandes insatisfações nos cursos noturnos, relacionadas com o aproveitamento dos estudos, disciplina e condições gerais do ensino. Situadas essas insatisfações, esses problemas, Célia P. de Carvalho alerta para um ponto importante: as soluções não podem vir através de novas técnicas didáticas ou de providências administrativas. As propostas atuais, como a de transformação dos cursos noturnos em supletivos, ou a do Projeto No-

turno, deliberadamente ignoram que as razões da existência dos cursos noturnos estão fora da escola; elas provêm da necessidade do trabalho infantil para a reprodução social das famílias das classes trabalhadoras. Segundo o texto, a associação entre trabalho e estudo noturno faz "parte da presente trajetória de vida da família das classes trabalhadoras" (p. 10).

Cumpra-se aqui destacar uma preocupação que, embora abordada, não é muito ressaltada na obra. Quando se fala nessa "presente trajetória" da vida dos trabalhadores, fica uma dúvida: o que vem primeiro, a necessidade do trabalho infantil, ou os cursos noturnos? Não se pode esquecer que a criação desses cursos apareceu, num primeiro momento, como reivindicação e conquista das classes trabalhadoras, que acreditaram na escolarização como mecanismo de ascensão social.

Não vou tratar aqui de expor as descrições da autora quanto à práticas e ao cotidiano escolar, já que isso implicaria na transcrição de longos trechos. Creio porém que o centro da discussão da obra está na contraposição que é feita entre a realidade encontrada (através da análise das representações de alunos, professores e funcionários sobre o ensino noturno) e as possibilidades de mudança dessa situação, entrevistas e propostas pela autora. A esse confronto eu dei o nome de escola reprodutora versus escola transformadora.

Escola reprodutora: pontos de partida e pontos de chegada

A conclusão final da obra é a de que "podemos supor que a escola está cumprindo seus objetivos, ou seja, mediando a reprodução do trabalhador que melhor se ajuste às relações capitalistas de produção" (p. 109). Para chegar até aí, o livro parte da crítica de uma certa bibliografia, especialmente francesa, da década de 70, que procura entender a escola como o mecanismo por excelência da reprodução das relações e desigualdades sociais. Baseando-se em Lautier e Tortajada, Célia de Carvalho assume uma postura menos pessimista: a escola não é o lugar da pura reprodução; ela tem espaços para resistências e superação. Pessoalmente,

entendo que a escola não é nem mesmo o lugar fundamental dessa reprodução. Existem outras instituições, como a família, que cumprem bem melhor esse papel.

É inegável, porém, que a escola participa da reprodução das classes sociais e das discriminações correspondentes. A autora vai buscar entender como isso se dá através da análise das relações efetivas entre escola e processo produtivo. Essas relações se caracterizam pelo domínio do trabalho sobre todo o ritmo da vida do trabalhador-estudante. Tal domínio leva à grande dificuldade de combinar escola e trabalho.

A associação que a escola faz (e que o aluno introjeta) entre avaliação e poder, estudo e competência, leva a uma desqualificação do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual. As técnicas e os saberes transmitidos na escola são radicalmente distintos das técnicas e dos saberes utilizados no contexto do trabalho produtivo. "O essencial na escola é a aprendizagem da disciplina, adquirida ao ficar horas no mesmo lugar, ouvindo as mesmas coisas ditas pelas mesmas pessoas, recebendo conteúdos desvinculados da experiência diária e determinados por uma autoridade hierarquicamente superior" (p. 70).

Essa rotina escolar prepara as pessoas para aprenderem no processo produtivo através da introjeção de atitudes disciplinadas e submissas. Prepara-as também para aceitar colocações inferiores na hierarquia social, através da associação entre melhor estudo e maior competência. Colabora dessa forma para a reprodução da força de trabalho, das discriminações sociais e das divisões de classes.

Escola transformadora: espaços possíveis

Este diagnóstico assustador pode levar o leitor a uma posição fatalista frente ao ensino noturno e, mais, frente a qualquer ensino institucionalizado. Mas, ao longo do texto, em várias passagens, é possível entrever momentos em que a autora aponta um possível caminho rumo a soluções viáveis.

Célia de Carvalho afirma que, para que a relação entre trabalho e escola se modifique, é necessário reformular o conceito de trabalho que

existe na nossa sociedade. E é claro que esse conceito só pode ser totalmente reformulado em outra sociedade (não no sentido geográfico; outra como alteridade histórica, como transformação dessa mesma sociedade). Mas, para que essa alteridade torne-se menos distante, ou menos inviável, é preciso que a escola e o professor trabalhem com o conhecimento adquirido no universo do processo produtivo, no sentido de propiciar a sua crítica e a sua reelaboração pelos estudantes. É preciso oferecer oportunidade "para a organização e sistematização dos elementos de interpretação da realidade que a vida cotidiana de trabalho permite, mas que não se dá espontaneamente" (p. 64)

Torna-se necessário trabalhar agora, dentro da escola, no sentido de refazer a relação entre o processo produtivo e o ensino, entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento sistematizado que pretensamente se transmite. É preciso que professores e estudantes, nas práticas escolares cotidianas efetivas, percebam e repensem a sua função puramente disciplinadora. E parece que isso não é impossível, nem utópico (no mau sentido da palavra). Claro que requer novas práticas sociais dentro da escola, tanto em relação ao ensino, quanto em relação a todas as pessoas nele envolvidas. Implica sair da posição por vezes cômoda do professor-transmissor e tentar estabelecer ou propiciar uma nova relação das pessoas com o saber aprendido-ensinado.

Esta análise deixou de lado alguns aspectos interessantes do livro, principalmente a abordagem das representações que alunos, professores e funcionários fazem da prática escolar. Mas me parece que o grande mérito da obra é apontar que a melhor forma de tratar os problemas do ensino é tentar perceber como eles se manifestam efetivamente no dia-a-dia da escola. No campo do ensino, de pouco adiantam as grandes generalizações e as grandes receitas teóricas, que quase fatalmente se esquecem de que estão lidando com pessoas, que não têm comportamentos, nem repostas e nem situações históricas invariáveis.

Jaime Francisco Parreira Cordeiro
Bacharel em história pela Universidade de São Paulo (USP).